



# **SERVIÇOS SOCIAIS DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS  
DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS 2023**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL 2024**

## FICHA TÉCNICA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL 2024- PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE  
CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS 2023

### Autoria

SERVICOS SOCIAIS DA PSP



Rua de Xabregas, 44  
1949-017 Lisboa



ga.sg@sspsp.pt

www.sspsp.pt

### Conceção Técnica

Gabinete de Apoio ao Secretário-Geral | Gabinete de Informática

### Data de Edição

março de 2024

## ÍNDICE

1.	NOTA INTRODUTÓRIA .....	7
2.	ENQUADRAMENTO.....	8
2.1.	Os Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública .....	8
2.2.	Estrutura Organizacional.....	8
2.3.	Valores .....	10
3.	O Regime Geral da Prevenção da Corrupção .....	10
3.1.	Definição .....	10
3.2.	Implementação do Programa de Cumprimento Normativo (PCN) .....	10
3.2.1.	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas .....	10
3.2.2.	Código de Conduta .....	11
3.2.3.	Ações Formativas .....	11
3.2.4.	Canal de Denúncia.....	11
3.2.5.	Responsável pelos cumprimentos normativos .....	11
4.	METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE RISCOS .....	11
4.1.	Matriz de avaliação de riscos .....	12
4.2.	Metodologia de avaliação .....	13
5.	RESULTADOS AVALIAÇÃO DE RISCOS .....	14
5.1.	Resposta por áreas - Peso .....	14
5.2.	Resposta por áreas.....	15
5.2.1.	Área- Direção executiva .....	16
5.2.2.	Área de Administração e Finanças-Secção de Recursos Humanos - Pessoal .....	17
5.2.3.	Área de Administração e Finanças - Secção de Logística e Património.....	19
5.2.4.	Área Administração e Finanças-Caixa Económica .....	23
5.2.5.	Área de Ação Social - Estâncias de férias .....	24
5.2.6.	Área de Ação Social - SED.....	25
5.2.7.	Área de Apoio Geral-Messe e Bar .....	26
5.2.8.	Área de Apoio Geral - Frota.....	28
5.2.9.	Área de Apoio Geral - Correspondência.....	30
5.3.	Resultado dos inquéritos.....	31

5.3.1.	Resultado por áreas .....	32
6.	<b>CANAL DE DENÚNCIA</b> .....	33
6.1.	Resultado Obtidos .....	33
6.1.1.	Canal do Elogio .....	35
6.1.2.	Portal da Queixa .....	36
6.1.3.	Canal de Denúncia .....	37
7.	<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b> .....	38

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma SSPSP .....	9
Figura 2 - Resultados globais- Respostas implementação por áreas dos SSPSP .....	15
Figura 3 - Resultados globais- Respostas eficácia na diminuição de riscos .....	15
Figura 4 - Taxa de implementação de procedimentos - Direção Executiva .....	16
Figura 5 - Taxa de eficácia na diminuição de riscos - Direção Executiva .....	17
Figura 6 - Taxa de implementação de procedimentos - “Pessoal” - Recursos Humanos .....	18
Figura 7 - Eficácia da diminuição dos riscos “Pessoal” -Recursos Humanos .....	19
Figura 8 - Taxa de procedimentos implementados- “Logística e património” .....	22
Figura 9 - Eficácia da diminuição dos riscos- “Logística e património” .....	22
Figura 10 - Taxa de procedimentos implementados - Caixa Económica .....	23
Figura 11 - Eficácia na diminuição de riscos- Caixa Económica .....	24
Figura 12 - Taxa de implementação dos procedimentos - Estâncias de férias .....	25
Figura 13 - Taxa de implementação de procedimentos - Área de Ação Social-SED .....	26
Figura 14 - Eficácia na diminuição de riscos - SED .....	26
Figura 15 - Taxa de implementação de procedimentos - Messe e Bar .....	27
Figura 16 - Eficácia na diminuição de riscos- Messe e Bar .....	28
Figura 17 - Taxa de implementação de procedimentos - Área de Apoio Geral - Frota .....	29
Figura 18 - Eficácia na redução de riscos - Área de Apoio Geral- Frota .....	29
Figura 19 - Taxa de implementação de procedimentos - Área Apoio Geral-Correspondência ..	30
Figura 20 - Eficácia na redução de riscos - Área Apoio Geral - Correspondência .....	31
Figura 21 - Resultado geral do questionário implementado .....	32
Figura 22- Resultado Eficácia das medidas .....	32
Figura 23 - Comunicações totais recebidas .....	34
Figura 24 - Tramitação pelos SSPSP .....	34
Figura 25 - Comunicações recebidas-Portal do Elogio .....	35
Figura 26 - Elogios a que respeita aos SSPSP .....	35
Figura 27 - Comunicações recebidas- Portal do Elogio .....	36
Figura 28 - Queixas relativo aos SSPSP .....	37
Figura 29 - Comunicações recebidas- Canal de Denúncia .....	37
Figura 30 - Denúncias atividade SSPSP .....	38

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Níveis de probabilidade de ocorrência de risco .....	12
Tabela 2 - Níveis de critério de análise de risco efeito patrimonial estimado .....	13
Tabela 3 - Níveis de probabilidade de impacto .....	13
Tabela 4 - Síntese das medidas inscritas no PRR 2023.....	16
Tabela 5 - Síntese das medidas "Pessoal" – Secção de Recursos Humanos .....	18
Tabela 6 - Síntese das medidas "Logística e Património" .....	21
Tabela 7 - Síntese das medidas "Caixa Económica" .....	23
Tabela 8 - Síntese das medidas "Estâncias de Férias " - Área de Ação Social .....	24
Tabela 9 - Síntese das medidas " Área de Ação Social" - SED .....	25
Tabela 10 - Síntese das medidas "Messe e Bar " - Área de Apoio Geral .....	27
Tabela 11 - Síntese das medidas inscritas na determinante "Frota" - Área de Apoio Geral .....	28
Tabela 12 - Síntese das medidas -Área de Apoio Geral- Correspondência.....	30
Tabela 13 - Tabela resumo .....	31
Tabela 14 - Comunicações recebidas .....	33

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Resolução do Conselho de Ministros nº 37/2021, de 6 de abril, aprovou a Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024 (ENAC 2020-2024) e definiu como prioritário a necessidade de se desenvolverem mecanismos de prevenção, deteção e repressão da corrupção. O seu objetivo foi prover a criação de um Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), doravante denominado apenas por “RGPC”.

Nesta senda, a aprovação do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que criou o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabeleceu o RGPC, veio determinar a sua aplicação, entre outros, aos serviços da administração direta e indireta do Estado, com sede em Portugal, que empreguem 50 ou mais trabalhadores, os quais têm de cumprir as obrigações que dele decorrem, procedendo, designadamente, ao registo na plataforma RGPC e criando um sistema eficaz de prevenção de fenómenos da corrupção, que deve conter:

- Um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR);
- Um Código de Conduta;
- Um Programa de Formação;
- Um Canal de Denúncia;
- A designação de Responsável pelo cumprimento normativo (RCN).

Os Serviços Sociais da PSP (SSPSP), ainda que tenham no seu quadro de pessoal um número inferior a 50 trabalhadores, decidiram submeter-se ao cumprimento do citado diploma.

Assim, e em cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 6.º, RGPC, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, procede-se à elaboração do relatório de avaliação anual, contendo nomeadamente a quantificação do grau de implementação dos procedimentos de controlo preventivo e do grau de eficácia dos mesmos.

Este relatório de avaliação anual de 2024, resulta de uma análise do Gabinete de Apoio ao Secretário-geral e Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão ao Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) dos SSPSP.

Em cumprimento com o Programa de Cumprimento Normativo (PCN) previsto no artigo 5º do RGPC, os SSPSP implementaram e desenvolveram, para além do PPR, as seguintes iniciativas:

- Elaboração e início de execução de um programa de formação no âmbito do RGPC para o triénio 2024 a 2026, por videoconferência e presencial;
- Monitorização do Canal de Denúncia (site dos SSPSP), como previsto no artigo nº 8, do RGPC, conforme despacho interno de aprovação de 30 de novembro de 2023;
- Designação de um Responsável pelo Cumprimento Normativo (RCN), como garante da aplicação e controlo do programa de cumprimento normativo previsto no nº 2 do artigo 5º do RGPC.

Nestes termos, em cumprimento do disposto na alínea *b*), do n.º 4, do artigo 6.º do RGPC, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, procede-se à elaboração do Relatório de Avaliação Anual, contendo nomeadamente a quantificação do grau de implementação dos procedimentos de controlo preventivo, bem como a previsão da sua plena implementação, e grau de eficácia.

O presente relatório tem ainda como objetivo efetuar uma reflexão sobre o atual PPR e apresentar sugestões que orientem a o processo de elaboração do próximo PPR dos SSPSP.

## **2. ENQUADRAMENTO**

### **2.1. Os Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública**

Os SSPSP têm por missão promover atividades de apoio social complementar, contribuindo para a elevação do bem-estar e do moral dos beneficiários que, por força da sua condição policial, estão ou estiveram sujeitos a especiais exigências em termos de risco, disponibilidade e de mobilidade, bem como a índices excecionais de desgaste físico e psicológico. Trata-se, por isso, de uma classe de profissionais que carece de um apoio social com diversas especificidades que lhe assegure igualmente o exercício digno, independente e solidário das funções de autoridade pública, contribuindo, em simultâneo, para a coesão intergeracional e para a autoestima e identidade institucionais.

### **2.2. Estrutura Organizacional**

Os SSPSP são uma instituição de utilidade pública, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, dependente diretamente do Diretor Nacional da PSP que, por inerência de funções, assume o cargo de Diretor dos SSPSP, sendo



geridos por um Secretário-Geral da carreira de Oficial de Polícia, da categoria de Superintendente-chefe.

O Decreto-lei nº 42794, de 31 de dezembro de 1959, alterado pelos Decretos-lei nº 43421, de 22 de dezembro de 1960, e 44564, de 11 de setembro de 1962, veio fixar o enquadramento legal dos SSPSP. Posteriormente, o Despacho de 21 de abril de 2016, exarado na Informação/Proposta SN/SPCQ/2016, definiu as unidades orgânicas dos SSPSP, bem como as suas correspondentes atribuições e competências, e o seu enquadramento na estrutura das unidades orgânicas nucleares:

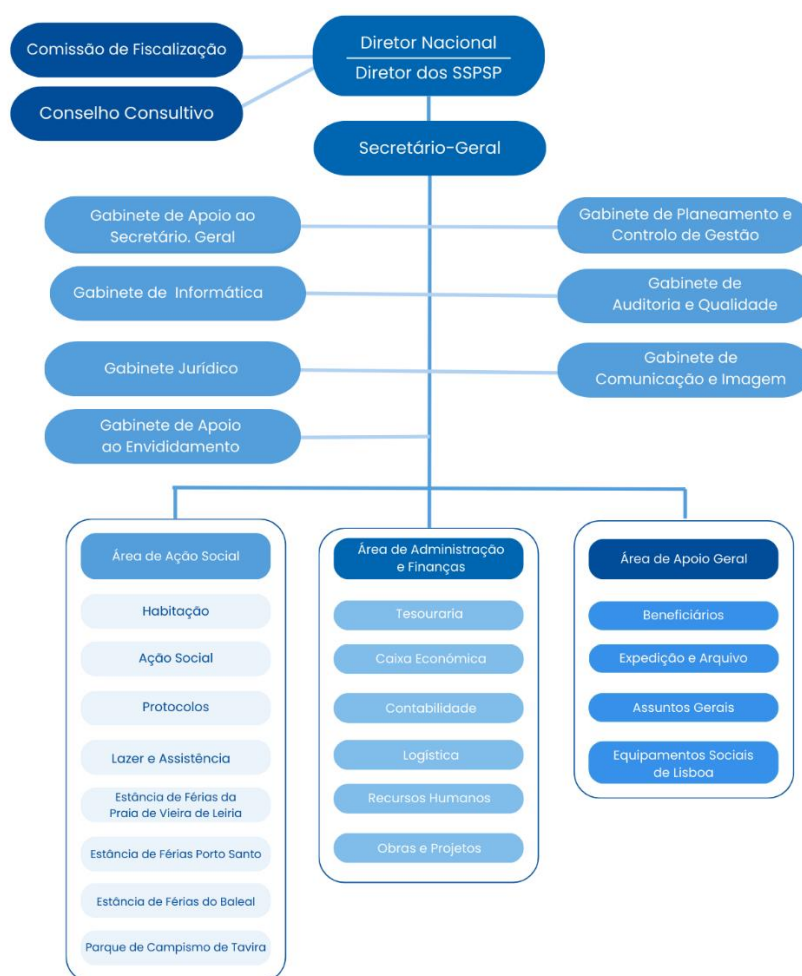


Figura 1 - Organograma SSPSP

Nos SSPSP funciona o Cofre de Previdência da PSP (CPPSP), especificamente regulado pela Portaria nº 18836, de 24 de novembro de 1961, com sete trabalhadores.

## 2.3. Valores

Os SSPSP, pela sua própria natureza jurídica e social, valorizam essencialmente a dignidade do funcionário da PSP e respetivos familiares que se apresentam como a verdadeira razão de ser da sua existência, cultivando princípios de solidariedade e de convivência e de igualdade estatutária, independentemente do cargo ou função, e de corporativismo construtivo, visando, em última instância, promover a união e a consolidação dos laços fraternos entre todos os membros da grande família policial, pautando-se pelos valores e princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa.

## 3. O Regime Geral da Prevenção da Corrupção

### 3.1. Definição

Para efeito do RGPC, de acordo com o seu n.º 3, “entende-se por corrupção e infrações conexas os crimes de corrupção, recebimento e oferta indevidos de vantagem, peculato, participação económica em negócio, concussão, abuso de poder, prevaricação, tráfico de influência, branqueamento ou fraude na obtenção ou desvio de subsídio, subvenção ou crédito, previstos no Código Penal, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, na sua redação atual, na Lei n.º 34/87, de 16 de julho, na sua redação atual, no Código de Justiça Militar, aprovado em anexo à Lei n.º 100/2003, de 15 de novembro, na Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, na sua redação atual, na Lei n.º 20/2008, de 21 de abril, na sua redação atual, e no Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de janeiro, na sua redação atual”.

### 3.2. Implementação do Programa de Cumprimento Normativo (PCN)

Os SSPSP adotaram e implementaram um PCN, que inclui um PPR, um Código de Conduta, um Programa de Formação e um Canal de denúncia, a fim de prevenirem, detetarem e sancionarem atos de corrupção e infrações conexas, que seguidamente se elencam:

#### 3.2.1. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Os SSPSP implementaram o último PPR em março de 2023, o qual foi tempestivamente publicado na sua página de Internet, e nele constam as medidas preventivas e corretivas que se pretendia virem a reduzir a probabilidade de ocorrência bem como o impacto dos riscos e que visaram:

- A Identificação relativamente a cada área dos riscos de corrupção e infrações conexas;

- Com base na identificação dos riscos, a identificação das medidas adotadas que preveniriam a sua ocorrência.
- A definição e identificação dos vários responsáveis envolvidos na gestão do plano, sob a direção do órgão máximo;
- A Elaboração anual de um relatório de execução do Plano, a ocorrer no primeiro trimestre de 2025.

### 3.2.2. Código de Conduta

Os SSPSP implementaram o seu Código de Conduta, onde se encontram estabelecidos um conjunto de princípios, valores e regras de atuação de todos os dirigentes e trabalhadores, no exercício das suas funções e por causas delas, tendo em consideração o ordenamento jurídico que lhes seja aplicável por lei geral e especial.

### 3.2.3. Ações Formativas

Os SSPSP elaboraram e implementaram um programa de formação interna no âmbito do RGPC para o triénio 2024-2026, cujas primeiras sessões decorreram no último trimestre de 2024.

### 3.2.4. Canal de Denúncia

Os SSPSP procederam à reformulação do Canal de Denúncia, disponibilizado no seu *website*, no separador instrumentos de gestão (<https://www.sspsp.pt/institucional/instrumentos-de-gestao/canal-de-denuncia.html>), que veio adequar este meio de denúncia aos três modelos de formulário eletrónico (Canal do Elogio, Portal da Queixa, Canal de Denúncia) que, uma vez submetidos, são recebidos na caixa de correio eletrónico no seguinte endereço: [canal.denuncia@sspsp.pt](mailto:canal.denuncia@sspsp.pt), seguindo-se a sua tramitação.

### 3.2.5. Responsável pelos cumprimentos normativos

Para cumprimento do n.º 2 do artigo 5.º do RGPC, as entidades abrangidas designam um RCN, de entre os elementos de direção superior ou equiparado. Através do Despacho 50/GDN/2024, estas funções foram acometidas ao Secretário-geral e à equipa designada para o efeito, tendo por base a Orientação nº 1/2024 do MENAC.

## 4. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE RISCOS

O PPR 2023 identifica as áreas de intervenção, com identificação e definição do risco inerente, bem como a identificação das medidas a adotar para prevenir a sua ocorrência.

## 4.1. Matriz de avaliação de riscos

Os Riscos apresentados no PPR 2023 foram avaliados quanto à sua probabilidade de ocorrência e à gravidade da consequência. Sendo pertinente, nesta fase, visitar a respetiva Matriz de Avaliação:

- Identificação e definição do risco inerente: risco que se prende com as características da própria atividade e que deverá ser identificado de modo a elencar as diferentes medidas de prevenção que devem ser adotadas pelos dirigentes.
- Análise de risco: feita com base na conjugação das probabilidades de ocorrência de situações direta ou indiretamente lesivas da situação patrimonial dos SSPSP.
- Nível de risco: é uma combinação do grau de probabilidade de ocorrência com a gravidade dos efeitos gerados. O nível de risco vai imediatamente implicar a necessidade ou não de reforço das medidas de controlo.

Quanto aos critérios de análise de riscos, tem em conta a probabilidade de ocorrência, o efeito patrimonial esperado e o seu impacto, de acordo com as tabelas seguintes:

### ✓ Critério de análise de risco:

Probabilidade de ocorrência	Fraca	Média	Alta
<b>Descrição das condições de reconhecimento</b>	Possibilidade de ocorrência, mas com hipóteses de contenção que garantam um quase controlo da situação.	Possibilidade de ocorrência sem existirem condições de desincentivo	Forte possibilidade de ocorrência sem existirem condições de desincentivo adequadas e com o reconhecimento de fortes motivações para a ocorrência de comportamentos que configuram ilícitos penais ou de responsabilidade disciplinar

Tabela 1- Níveis de probabilidade de ocorrência de risco

### ✓ Critério de análise de risco:

Efeito patrimonial estimado	Relevante	Não Relevante
-----------------------------	-----------	---------------

<b>Descrição das condições de reconhecimento</b>	Forte impacto e prejuízo na imagem e reputação institucional do organismo	Danos no desempenho da entidade, mas de impacto reputacional reduzido.
--	---	--

Tabela 2- Níveis de critério de análise de risco efeito patrimonial estimado

- ✓ A conjugação dos fatores anteriores permitir-nos-á identificar os seguintes níveis de risco:

Probabilidade de Impacto	Fraca	Média	Alta
<b>Relevante</b>	Médio	Médio	Alto
<b>Não Relevante</b>	Baixo	Baixo	Médio

Tabela 3 - Níveis de probabilidade de impacto

## 4.2. Metodologia de avaliação

Relativamente às medidas de controlo existentes, a metodologia utilizada para a presente análise, consistiu em:

- Considerar para análise as áreas de intervenção onde a ocorrência e impacto do Risco ou Infração Conexa foram estimadas de Alto Risco;
- Avaliação se a execução dos procedimentos a adotar para prevenir a ocorrência foi efetuada na sua totalidade ou parcialmente;
- Questionar se caso os procedimentos tenham sido implementados na totalidade, se foram eficazes na eliminação do risco;
- A análise efetuada pelo Gabinete de Apoio e Gabinete de Informática tem como referência a informação recolhida através de questionários das medidas de controlo disponibilizada nas Área de Direção, Área de Administração e Finanças - Logística e Património, Área de Administração e Finanças - Caixa Económica, Área de Apoio Geral - Messe e Bar, Área de Apoio Geral - Frota.

Relativamente às medidas a implementar propostas no Plano de Ação:

- Este Relatório partiu da premissa que os procedimentos para prevenir a ocorrência tenham sido implementados antes do PPR de 2023, já que este foi remetido ao IGAI em 23 de março de 2023 e no PPR de 2017 tais procedimentos já vinham a ser descritos para adoção. A elaboração do presente documento envolveu todos os dirigentes e os

respetivos colaboradores com responsabilidade direta nas atividades e áreas incluídas no PPR, tendo sido apurados, em síntese, os seguintes resultados:

## 5. RESULTADOS AVALIAÇÃO DE RISCOS

Nesta avaliação PPR 2023, foram consideradas quatro áreas de responsabilidade dos SSPSP, 146 riscos de corrupção e infrações conexas (alto risco) e 68 procedimentos de prevenção a adotar. De forma a facilitar a leitura do questionário submetido ao efetivo dos SSPSP, de acordo com a respetiva colocação na estrutura organizacional por áreas, foram extraídos os resultados na tabela e figuras indicados nos pontos seguintes.

### 5.1. Resposta por áreas - Peso

Os resultados expressos em percentagens estão representados na figura seguinte, constituído por três círculos, em que o círculo exterior representa as respostas “Não foram aplicados”, o círculo intermédio representa as respostas “Foram parcialmente aplicadas” e o círculo interior “Foram totalmente aplicadas” relativo ao grau de procedimentos adotados de prevenção de riscos.

O gráfico seguinte evidencia a contribuição de cada área para a percentagem obtida, tendo a Área de Administração e Finanças - Secção de Logística e Património contribuído com 60% do total de respostas “Não aplicado” e “Foram parcialmente aplicadas”. Quanto ao peso nas respostas representado pelo círculo interior, a Área de Apoio Geral - Frota, contribuiu com 33% do total.

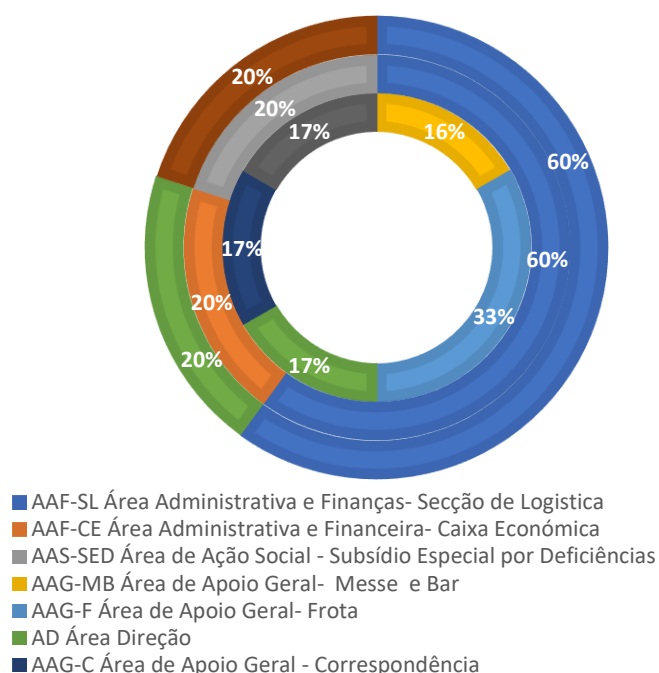


Figura 2 - Resultados globais- Respostas implementação por áreas dos SSPSP

Quanto às respostas relativas à eficácia na redução de riscos, são as indicadas na figura seguinte:

## RESPOSTAS EFICÁCIA DAS MEDIDAS

■ AAF-SL ■ AAF-CE ■ AAS-SED ■ AAG-MB ■ AAG-F ■ AD ■ AAG-C ■ SEF

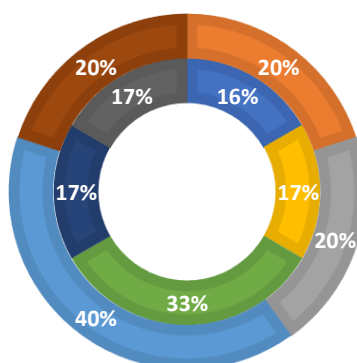


Figura 3 - Resultados globais- Respostas eficácia na diminuição de riscos

Quanto à eficácia das medidas, em resultados percentuais de respostas dadas, o círculo interior representa “Sim” (os inquiridos consideram que as medidas de redução dos riscos foram eficazes). O círculo exterior representa as respostas “Não” (os inquiridos consideram que as medidas de redução dos riscos não foram eficazes.)

Quanto ao peso nas respostas representado pelo círculo exterior, verifica-se que a Área de Apoio Geral – Frota contribuiu com 40% do total de respostas negativas, enquanto a Área de Direção contribui com uma percentagem de 33% de respostas positivas.

## 5.2. Resposta por áreas

De modo a facilitar a leitura dos resultados, optou-se por agrupar dentro de cada área a forma como os trabalhadores avaliaram a adoção dos procedimentos. A informação foi obtida a partir de questionários das medidas de controlo disponibilizadas nas Área de Direção Executiva, Área de Administração e Finanças - Recursos Humanos, Área de Administração e Finanças - Logística e Património, Área de Administração e Finanças - Caixa Económica, Área de Apoio Geral - Messe e Bar, Área de Apoio Geral - Frota, Área de Apoio Geral - Correspondência, Área de Ação Social - Estâncias de Férias e Área de Ação Social - SED.

### 5.2.1. Área- Direção executiva

Quanto à área de intervenção e medidas preventivas de risco para a área de Direção, considera-se:

DESCRIÇÃO	RISCO DE CORRUPÇÃO OU INFRAÇÃO CONEXA	PROCEDIMENTOS A ADOTAR QUE PREVINA A SUA OCORRÊNCIA
Processo decisório	<ul style="list-style-type: none"> <li>Intervenção em processo em situação de impedimento;</li> <li>Corrupção passiva para ato ilícito ou lícito;</li> <li>Tráfico de Influência;</li> <li>Participação económica em negócio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampla divulgação do regime de impedimentos;</li> <li>Subscrição de uma declaração de compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos ou escusa, a implementar de modo geral entre todos os trabalhadores dos SSPSP.</li> </ul>

Tabela 4 - Síntese das medidas inscritas no PRR 2023

As respostas obtidas relativas à taxa de implementação de procedimentos são as indicadas na figura seguinte:

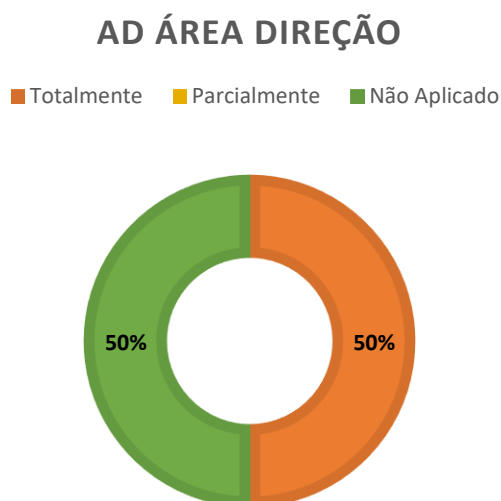


Figura 4 - Taxa de implementação de procedimentos - Direção Executiva



A figura seguinte traduz a implementação e eficácia na diminuição do risco:

### AD ÁREA DIREÇÃO

■ Sim ■ Não

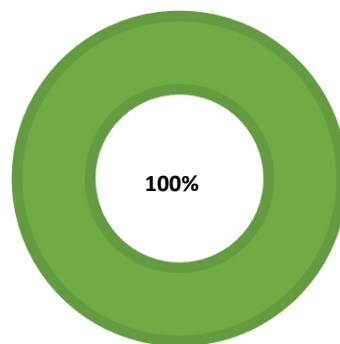


Figura 5 - Taxa de eficácia na diminuição de riscos - Direção Executiva

Decorre assim que não foram adotados todos os procedimentos que previnam o risco. Os procedimentos implementados são considerados adequados na diminuição do risco.

### 5.2.2. Área de Administração e Finanças-Secção de Recursos Humanos - Pessoal

Quanto à área de intervenção e medidas preventivas de risco para a Área de Administração e Finanças - Secção de Recursos Humanos - Pessoal, considera-se:

DESCRIÇÃO	RISCO DE CORRUPÇÃO OU INFRAÇÃO CONEXA	PROCEDIMENTO A ADOTAR QUE PREVINA A SUA OCORRÊNCIA
Recrutamento por concurso	<ul style="list-style-type: none"> <li>Favorecimento de candidato;</li> <li>Abuso de Poder;</li> <li>Corrupção passiva para ato ilícito;</li> <li>Corrupção passiva para ato lícito;</li> <li>Tráfico de Influência;</li> <li>Intervenção em processo em situação de impedimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nomeação de júris diferenciados para cada concurso.</li> </ul>

No âmbito da mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Favorecimento de candidato;</li> <li>Abuso de Poder;</li> <li>Corrupção passiva para ato ilícito;</li> <li>Corrupção passiva para ato lícito;</li> <li>Tráfico de Influência;</li> <li>Intervenção em processo em situação de impedimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação do regulamento de mobilidade.</li> <li>Atualização das regras existentes, visando o reforço das medidas de prevenção da corrupção e infrações conexas.</li> </ul>
-------------------------	--	--

Tabela 5- Síntese das medidas “Pessoal” – Secção de Recursos Humanos

As respostas obtidas relativas à taxa de implementação de procedimentos e à eficácia na redução de riscos, são as indicadas nas figuras seguintes:

### AAF-SRH ÁREA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA- SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

■ Totalmente ■ Parcialmente ■ Não Aplicado

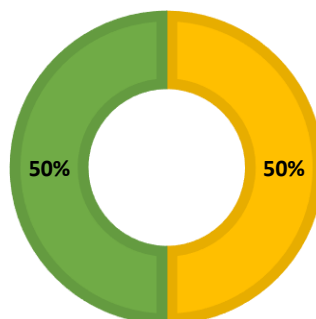


Figura 6 - Taxa de implementação de procedimentos - “Pessoal” - Recursos Humanos

Referentemente aos procedimentos relativos ao risco de corrupção ou infração conexa do “Pessoal” afeto à Secção de Recursos Humanos, foi considerado que os procedimentos foram totalmente implementados em recrutamento por concurso, não tendo sido considerado o recrutamento por mobilidade.

## AAF-SRH ÁREA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA- RECURSOS HUMANOS

■ Sim ■ Não

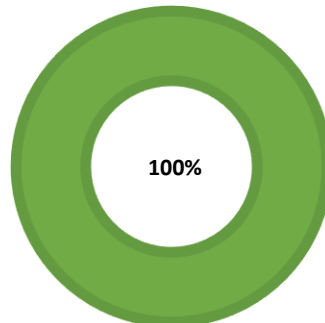


Figura 7 - Eficácia da diminuição dos riscos “Pessoal” -Recursos Humanos

Quanto à eficácia na diminuição de riscos, verifica-se que os mesmos foram considerados eficazes na diminuição dos riscos.

### 5.2.3. Área de Administração e Finanças - Secção de Logística e Património

Quanto à área de intervenção e medidas preventivas de risco para a Área de Administração e Finanças- Secção de Logística e Património, considera-se o seguinte:

DESCRIÇÃO	RISCO DE CORRUPÇÃO OU INFRAÇÃO CONEXA	PROCEDIMENTO A ADOTAR QUE PREVINA A SUA OCORRÊNCIA
-----------	---------------------------------------	--

Abates	<ul style="list-style-type: none"> <li>Bem abatido continuar nos serviços;</li> <li>Abates sem autorização;</li> <li>Abates sem a autorização do órgão competente;</li> <li>Utilização indevida, para fins privados, de bens abatidos documentalmente no período até à sua eliminação física;</li> <li>Proposta indevida de envio de bens para abate.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de testes de conformidade quanto ao cumprimento do Manual de Procedimentos/ Controlo Interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (ex.: conferências físicas periódicas, a realizar pelo responsável pelo setor do Património, para verificar se os bens abatidos ainda se encontram no local; se a autorização de abate foi proferida pelo órgão com competências para o efeito; se os bens a abater foram isolados, em local de acesso restrito e controlado e se a justificação do abate foi efetuada por técnico interno ou verificação externa);</li> </ul>
Etiquetagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipamento não etiquetado (por não estar inventariado ou a etiqueta ter sido removida);</li> <li>Apropriação ou utilização indevida de bens públicos, designadamente para fins privados;</li> <li>Peculato;</li> <li>Peculato de uso;</li> <li>Abuso de poder.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de testes de conformidade quanto ao cumprimento do Manual de Procedimentos/Controlo Interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (ex.: reconciliação dos registos contabilísticos com os registos do inventário; conferências físicas periódicas para verificar se os bens estão inventariados, a realizar pelo responsável pelo Património).</li> </ul>
Utilização de bens públicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apropriação indevida de bens públicos;</li> <li>Utilização indevida de bens públicos, designadamente para fins privados;</li> <li>Violação do princípio da prossecução do interesse público;</li> <li>Peculato;</li> <li>Peculato de uso;</li> <li>Abuso de poder.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforço das medidas de controlo interno numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (ex.: realização de conferências físicas periódicas e aleatórias, a realizar pelo responsável pelo Património).</li> </ul>

Transferência de bens	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transferência de bens sem comunicação;</li> <li>• Apropriação indevida de bens públicos;</li> <li>• Desaparecimento do bem;</li> <li>• Desatualização das fichas dos bens;</li> <li>• Peculato;</li> <li>• Peculato de uso;</li> <li>• Abuso de poder.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço das medidas de controlo interno numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (ex.: realização de conferências físicas periódicas e aleatórias, a realizar pelo responsável pelo Património).</li> </ul>
Cedência de equipamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cedência de equipamento por pessoa ou órgão sem competência;</li> <li>• Prática de atos anuláveis, eventualmente geradora de utilização indevida dos bens.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço das medidas de controlo interno numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (ex. realização de conferências físicas periódicas e aleatórias, a realizar pelo responsável pelo Património).</li> </ul>
Ofertas à Instituição	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ofertas à Instituição sem processo formal de aceitação;</li> <li>• Não inventariação de bens causadora de eventual apropriação ou utilização indevida de bens públicos, para fins privados;</li> <li>• Violação do princípio da prossecução do interesse público;</li> <li>• Peculato;</li> <li>• Peculato de uso;</li> <li>• Abuso de poder.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas, tendo presente o Código de Conduta Interno (ex.: divulgação acrescida das regras sobre aceitação de doações).</li> </ul>
Aquisição de obras	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A obra não ser registada como património bibliográfico dos SSPSP e ser utilizada em benefício próprio;</li> <li>• Peculato;</li> <li>• Peculato de uso;</li> <li>• Abuso de poder</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (ex. verificação periódica e aleatória dos procedimentos de aquisição de obras).</li> </ul>

Tabela 6 - Síntese das medidas "Logística e Património"

As respostas obtidas relativas à taxa de implementação de procedimentos e à eficácia na redução de riscos, são as indicadas nas figuras seguintes:

## ÁREA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- SECÇÃO DE LOGISTICA

■ Totalmente ■ Parcialmente ■ Não Aplicado

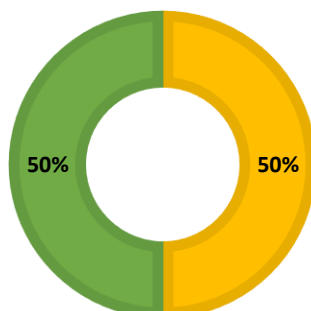


Figura 8 - Taxa de procedimentos implementados- “Logística e património”

## AAF-SL ÁREA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- SECÇÃO DE LOGISTICA

■ Sim ■ Não

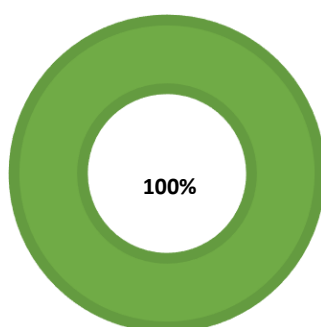


Figura 9 - Eficácia da diminuição dos riscos- “Logística e património”

Em relação aos procedimentos de prevenção dos riscos de corrupção e infração conexas, do indicador “Logística e património”, verifica-se que foram parcialmente implementados, sendo os mesmos considerados eficazes na diminuição do risco pelos inquiridos, nomeadamente aos riscos associados à utilização de bens públicos, no âmbito das cedências e no âmbito das ofertas. Quanto aos procedimentos de etiquetagem e transferências de bens devem ser reforçados os procedimentos para evitar os riscos associados.

#### 5.2.4. Área Administração e Finanças-Caixa Económica

Quanto à área de intervenção e medidas preventivas de risco para a Área de Ação Social - Secção de Logística e Património, considera-se o seguinte:

DESCRIÇÃO	RISCO DE CORRUPÇÃO OU INFRAÇÃO CONEXA	PROCEDIMENTO A ADOTAR QUE PREVINA A SUA OCORRÊNCIA
Caixa económica	<ul style="list-style-type: none"> <li>Concessão indevida dos empréstimos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de mecanismos de controlo interno que permitam despistar situações de favoritismo a determinado beneficiário;</li> <li>Promoção de auditorias internas.</li> </ul>

Tabela 7 - Síntese das medidas "Caixa Económica"

Referentemente aos procedimentos relativos ao risco de corrupção ou infração conexa da "Caixa Económica" afeto à Área de Administração e Finanças, verifica-se que 100% dos inquiridos considerou que os procedimentos foram parcialmente implementados, de acordo com a figura seguinte:

#### AAF-CE ÁREA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- CAIXA ECONÓMICA

■ Totalmente ■ Parcialmente ■ Não Aplicado

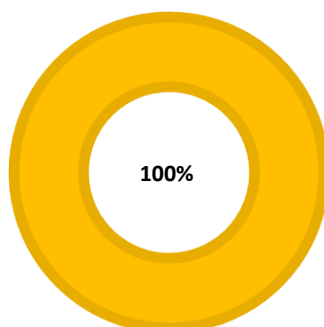


Figura 10 - Taxa de procedimentos implementados - Caixa Económica

Quando à eficácia na diminuição de riscos, devem ser reforçados os mecanismos de controlo interno que permitam despistar situações de favoritismo a determinado beneficiário e promoção de auditorias internas.

## AAF-CE ÁREA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - CAIXA ECONÓMICA

■ Sim ■ Não

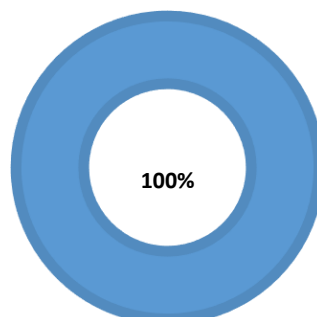


Figura 11 - Eficácia na diminuição de riscos- Caixa Económica

### 5.2.5. Área de Ação Social - Estâncias de férias

Quanto à área de intervenção e medidas preventivas de risco para a Área de Ação Social - Secção de Estâncias, considera-se o seguinte:

DESCRIÇÃO	RISCO DE CORRUPÇÃO OU INFRAÇÃO CONEXA	PROCEDIMENTO A ADOTAR QUE PREVINA A SUA OCORRÊNCIA
Equipamentos sociais – Estâncias de férias	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de situações indiciadoras de conluio ou favorecimento de intervenientes no processo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Publicitação da informação relevante, nomeadamente de concursos de férias, no portal do beneficiário dos SSPSP.</li> <li>Mecanismos de controlo e auditoria interna;</li> </ul>

Tabela 8 - Síntese das medidas "Estâncias de Férias" - Área de Ação Social

A resposta obtida relativa à taxa de implementação de procedimentos e à eficácia na redução de riscos, é indicada na figura seguinte:



## SEF SECÇÃO DE ESTÂNCIAS E FÉRIAS

■ Totalmente ■ Parcialmente ■ Não Aplicado

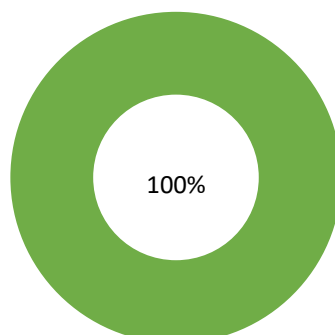


Figura 12 - Taxa de implementação dos procedimentos - Estâncias de férias

Quando à Secção de Estâncias e da resposta obtida é possível observar que 100% destes consideram que os procedimentos não foram implementados pelo que não houve eficácia na redução do risco.

### 5.2.6. Área de Ação Social - SED

Quanto à área de intervenção e medidas preventivas de risco para a Área de Ação Social - Concessão de Subsídios Especiais por Deficiências (SED), considera-se o seguinte:

DESCRIÇÃO	RISCO DE CORRUPÇÃO OU INFRAÇÃO CONEXA	PROCEDIMENTO A ADOTAR QUE PREVINA A SUA OCORRÊNCIA
Apoios sociais – SED	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de situações indiciadoras de conluio ou favorecimento de intervenientes no processo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de mecanismos de controlo interno que permitam despistar situações de favoritismo a determinado beneficiário;</li> <li>Promoção de auditorias internas.</li> </ul>

Tabela 9 - Síntese das medidas "Área de Ação Social" - SED

A resposta obtida relativa à taxa de implementação de procedimentos e à eficácia na redução de riscos, é indicada na figura seguinte:

## AAS-SED ÁREA DE AÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIO ESPECIAL POR DEFICIÊNCIA

■ Totalmente ■ Parcialmente ■ Não Aplicado

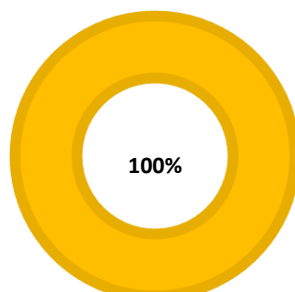


Figura 13 - Taxa de implementação de procedimentos - Área de Ação Social-SED

Referentemente aos procedimentos relativos ao risco de corrupção ou infração conexa da Área de Ação Social - SED, verifica-se que os procedimentos foram parcialmente implementados.

## AAS-SED ÁREA DE AÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIO ESPECIAL POR DEFICIÊNCIAS

■ Sim ■ Não

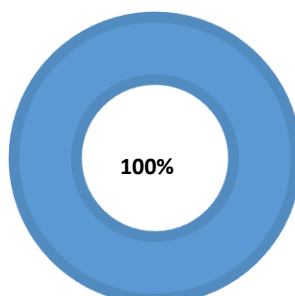


Figura 14 - Eficácia na diminuição de riscos - SED

Quando à eficácia na diminuição de riscos, das medidas implementadas, foi considerado que devem ser reforçados os mecanismos de controlo interno que permitam despistar situações de favoritismo a determinado beneficiário e promoção de auditorias internas.

### 5.2.7. Área de Apoio Geral-Messe e Bar

Quanto à área de intervenção e medidas preventivas de risco para a Área de Apoio Geral - Messe e Bar, considera-se o seguinte:

DESCRIÇÃO	RISCO DE CORRUPÇÃO OU INFRAÇÃO CONEXA	PROCEDIMENTO A ADOTAR QUE PREVINA A SUA OCORRÊNCIA
(I) Emissão de recibos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não emissão ou anulação indevida de recibos, de modo a eliminar a receita ou recebimento de dinheiro, ficando o trabalhador com o montante recebido);</li> <li>• Corrupção passiva para ato ilícito;</li> <li>• Peculato;</li> <li>• Peculato de uso;</li> <li>• Abuso de poder.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (ex. sempre que um trabalhador anule um recibo deverá emitir listagem de recibos anulados, anexar original e duplicado do recibo, justificar o motivo da anulação e entregar ao responsável do serviço ou trabalhador designado, para conhecimento;</li> <li>• Justificar por escrito e pedir autorização para efetuar a respetiva anulação ao responsável do serviço ou quem o substitua; controlo da utilização do sistema informático de faturação);</li> <li>• Sensibilização dos utilizadores dos serviços para que solicitem sempre recibo da operação</li> </ul>
Emissão de recibos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não recebimento de valor correspondente ao recibo emitido;</li> <li>• Corrupção passiva para ato ilícito;</li> <li>• Abuso de Poder.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço das medidas de controlo interno, numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas (ex. conferência diária dos valores recebidos, com folhas de caixa discriminativas, pelo responsável dos serviços ou trabalhador designado para tal).</li> </ul>

Tabela 10 - Síntese das medidas "Messe e Bar" - Área de Apoio Geral

A resposta obtida relativa à taxa de implementação de procedimentos e à eficácia na redução de riscos, é indicada na figura seguinte:

### AAG-MB ÁREA DE APOIO GERAL - MESSE E BAR

■ Totalmente ■ Parcialmente ■ Não Aplicado

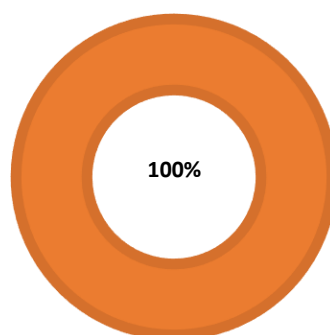


Figura 15 - Taxa de implementação de procedimentos - Messe e Bar

Perante o indicador “Messe e Bar”, verifica-se, que foram implementados na totalidade, sendo os mesmos considerados eficazes na diminuição do risco pelos inquiridos, conforme indicado nas figuras 15 e 16.

### AAG-MB ÁREA DE APOIO GERAL - MESSE E BAR

■ Sim ■ Não

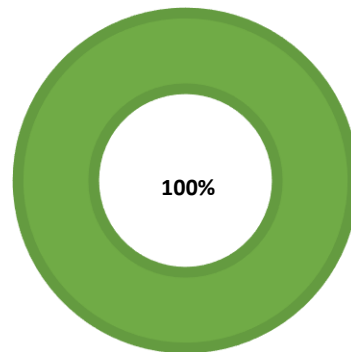


Figura 16 - Eficácia na diminuição de riscos- Messe e Bar

#### 5.2.8. Área de Apoio Geral - Frota

Quanto à área de intervenção e medidas preventivas de risco para a Área de Apoio Geral - Messe e Bar, considera-se o seguinte:

DESCRIÇÃO	RISCO DE CORRUPÇÃO OU INFRAÇÃO CONEXA	PROCEDIMENTO A ADOTAR QUE PREVINA A SUA OCORRÊNCIA
Utilização de viatura de serviço	<ul style="list-style-type: none"> <li>Utilização indevida de bens públicos, designadamente para fins privados, ou com desvio da finalidade funcional;</li> <li>Violação do princípio da prossecução do interesse público;</li> <li>Peculato;</li> <li>Peculato de uso;</li> <li>Abuso de poder.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforço das medidas de controlo interno numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas;</li> <li>Ampla divulgação dos princípios gerais da atividade administrativa;</li> <li>Sensibilização para as consequências da corrupção e infrações conexas.</li> </ul>

Tabela 11 - Síntese das medidas inscritas na determinante "Frota" - Área de Apoio Geral

A resposta obtida relativa à taxa de implementação de procedimentos e à eficácia na redução de riscos, são indicadas nas figuras seguintes:

### AAG-F ÁREA DE APOIO GERAL- FROTA

■ Totalmente ■ Parcialmente ■ Não Aplicado

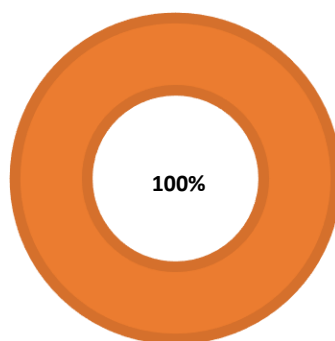


Figura 17 - Taxa de implementação de procedimentos - Área de Apoio Geral - Frota

### AAG-F ÁREA DE APOIO GERAL- FROTA

■ Sim ■ Não

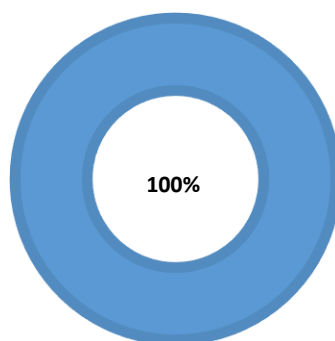


Figura 18 - Eficácia na redução de riscos - Área de Apoio Geral- Frota

Também a “Frota” apresenta 100% de consenso quanto à implementação e eficácia dos procedimentos na diminuição do risco, ainda que os inquiridos entendam necessário o reforço das medidas de controlo interno numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas, a ampla divulgação dos princípios gerais da atividade administrativa e a sensibilização para as consequências da corrupção e infrações conexas.

### 5.2.9. Área de Apoio Geral - Correspondência

Quanto à área de intervenção e medidas preventivas de risco para a Área de Apoio Geral - Correspondência, considera-se o seguinte:

DESCRIÇÃO	RISCO DE CORRUPÇÃO OU INFRAÇÃO CONEXA	PROCEDIMENTO A ADOTAR QUE PREVINA A SUA OCORRÊNCIA
Expedição de correspondência	<ul style="list-style-type: none"> <li>Utilização indevida de bens públicos, designadamente para fins privados;</li> <li>Violação do princípio da prossecução do interesse público;</li> <li>Peculato;</li> <li>Peculato de uso;</li> <li>Abuso de poder.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforço das medidas de controlo interno numa perspetiva de prevenção da corrupção e infrações conexas;</li> <li>Ampla divulgação dos princípios gerais da atividade administrativa;</li> <li>Sensibilização para as consequências da corrupção e infrações conexas.</li> </ul>

Tabela 12 - Síntese das medidas -Área de Apoio Geral- Correspondência.

A resposta obtida relativa à taxa de implementação de procedimentos e à eficácia na redução de riscos, são indicadas nas figuras seguintes:

### AAG-C ÁREA DE APOIO GERAL - CORRESPONDÊNCIA

■ Totalmente ■ Parcialmente ■ Não Aplicado

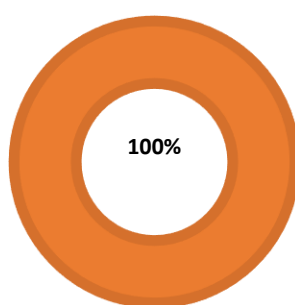


Figura 19 - Taxa de implementação de procedimentos - Área Apoio Geral-Correspondência

Também a Correspondência apresenta 100% de consenso quanto à implementação e eficácia dos procedimentos na diminuição do risco.

## AAG-C ÁREA DE APOIO GERAL - CORRESPONDÊNCIA

■ Sim ■ Não

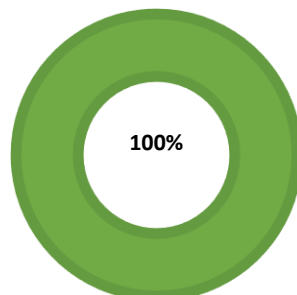


Figura 20 - Eficácia na redução de riscos - Área Apoio Geral - Correspondência

### 5.3. Resultado dos inquéritos

Do exercício da avaliação efetuada, referente à implementação das ações elencadas para mitigar os riscos críticos, resulta da auscultação e recolha de contributos junto das respetivas Áreas, caracterizado por um efetivo reduzido por Área /Secção, que se reflete no número de respostas dadas, de acordo com a tabela seguinte:

Designação	Respostas	Implementação de procedimentos		
Nome	Total	Totalmente	Parcialmente	Não Aplicado
Área A. Finanças - Sec. de Logística	6	0	3	3
Área A. Finanças- Caixa Económica	1	0	1	0
Área Ação Social - SED	1	0	1	0
Área Apoio Geral - Messe e Bar	1	1	0	0
Área de Apoio Gera l- Frota	2	2	0	0
Área Direção	2	1	0	1
Área Apoio Geral -Correspondência	1	1	0	0
Área Ação Social - Estâncias e Férias	1	0	0	1
Área A. Finanças - R. Humanos	1	1	0	0
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>5</b>

Tabela 13 - Tabela resumo

Em termos percentuais, verifica-se que 38% dos resultados obtidos referem-se à implementação total de procedimentos, 31% a procedimentos parcialmente aplicados e 31% a procedimentos não aplicados, conforme figura seguinte, concluindo-se que houve Áreas cujos procedimentos

foram parcialmente adotados ou não foram adotados de todo, pelo que consequentemente os riscos não foram eficazmente reduzidos:

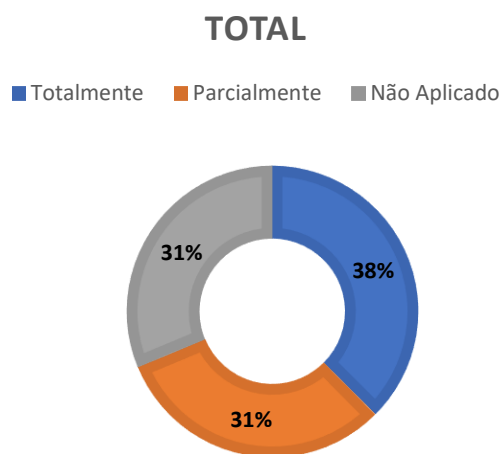


Figura 21 - Resultado geral do questionário implementado

Quanto à eficácia dos procedimentos das medidas totalmente implementadas, obtiveram-se os seguintes resultados:

Designação	Respostas	Procedimentos	Eficácia das medidas
Nome	Total	Totalmente Implementados	Respostas
Área Apoio Geral - Messe e Bar	1	1	Sim
Área de Apoio Geral - Frota	2	2	Não/Não
Área Direção	2	1	Sim
Área Apoio Geral - Correspondência	1	1	Sim
Área A. Finanças - R. Humanos	1	1	Sim
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>6</b>

Figura 22- Resultado Eficácia das medidas

### 5.3.1. Resultado por áreas

Analisado os resultados por área, onde os inquiridos responderam que o procedimento foram 100% implementados, verifica-se:

- **Área de Apoio Geral/ Messe e Bar**  
 Descrição - Emissão de Recibos  
 - Adotados 4 procedimentos com redução de 8 riscos associados
- **Área de Apoio Geral/Frota**  
 Descrição - Utilização de Viatura de Serviço  
 - Adotados 3 procedimentos com redução de 3 riscos associados
- **Área Direção**  
 Descrição- Processo decisório



- Adotados- 2 procedimentos com redução de 2 riscos associados.

➤ **Área de Apoio Geral/Correspondência:**

Descrição - Expedição de correspondência

Adotados 1 procedimentos com redução de 1 riscos associados.

➤ **Área de Administração e Finanças- R. Humanos**

Descrição- Recrutamento por concurso

-Adotados 1 procedimento com redução de 1 risco associado

## 6. CANAL DE DENÚNCIA

Os SSPSP disponibilizam no seu *website*, em “*instrumentos de gestão*”, o “Canal do Elogio”, o “Canal de Denúncia de Corrupção e Infrações Conexas” e o “Portal da Queixa”, que permite aceder a um formulário eletrónico, que uma vez submetido, é recebido na caixa de correio eletrónico no seguinte endereço: [canal.denuncia@sspsp.pt](mailto:canal.denuncia@sspsp.pt), seguindo-se depois a sua tramitação.

### 6.1. Resultado Obtidos

Entre 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, foram recebidas, através do endereço [canal.denuncia@sspsp.pt](mailto:canal.denuncia@sspsp.pt), as comunicações indicadas na tabela seguinte:

Comunicações Recebidas			
TRAMITAÇÃO	Canal do Elogio	Portal da Queixa	Canal de Denúncia
SSPSP	68	41	3
Direção Nacional	1	3	2
COMETLIS	7	7	1
COMETPOR	2	6	1
CR Madeira	0	3	0
CR Açores	1	0	0
CD Braga	0	0	1
CD Faro	0	3	3
CD Setúbal	0	2	0
CD Viana Castelo	0	1	1
CD Vila Real	0	1	0
Outros	0	4	2
<b>TOTAL</b>	<b>79</b>	<b>71</b>	<b>14</b>

Tabela 14 - Comunicações recebidas

De acordo com a tabela anterior, totalizaram em 164 comunicações recebidas, destas, 79 constituem comunicações de “Elogios”, 71 comunicações de “Queixas” e 14 comunicações de “Denúncias”. Os resultados encontram-se expressos na figura seguinte:

### COMUNICAÇÕES TOTAIS RECEBIDAS

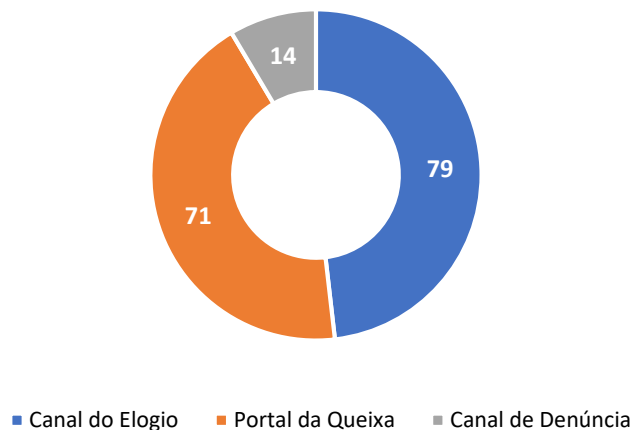


Figura 23 - Comunicações totais recebidas

Quanto à tramitação das comunicações, verifica-se que das 164 comunicações recebidas, 52 comunicações foram reportadas às entidades administrativa competentes e 112 estão relacionadas com a atividade dos Serviços Sociais da PSP.

As 112 comunicações relativas à atividade dos SSPSP, apresentam a seguinte distribuição: 68 comunicações de “Elogio”, 41 comunicações de “Queixa” e 3 comunicações de “Denúncia”, conforme indicado na figura seguinte:

### TRAMITAÇÃO SSPSP

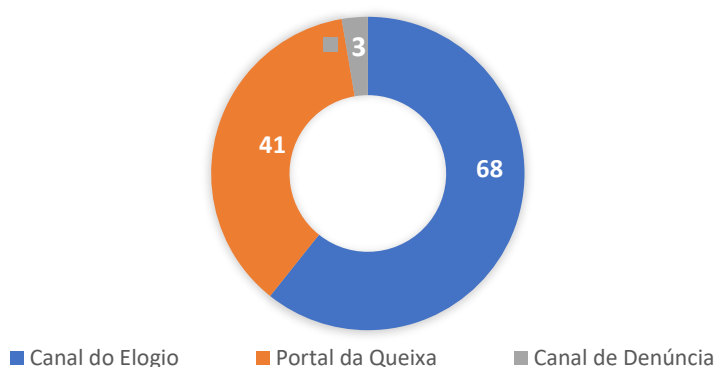


Figura 24 - Tramitação pelos SSPSP

### 6.1.1. Canal do Elogio

Do total de comunicações de elogio recebidas, verificou-se que 68 elogios são relativos à atividade dos SSPSP. os restantes 11 elogios respeitam a ocorrências na área de responsabilidade da Direção nacional da PSP ou dos Comandos regionais ou distritais, para onde foram remetidos. Do envio foi dado conhecimento aos comunicantes, sempre que identificados.

#### CANAL DO ELOGIO

■ SSPSP ■ Direção Nacional ■ COMETLIS ■ COMETPOR ■ CR Açores

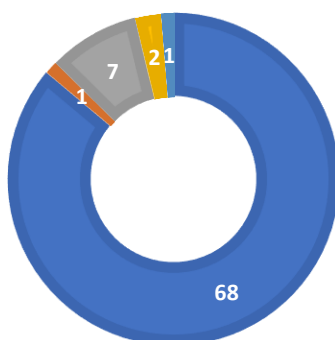


Figura 25 - Comunicações recebidas-Portal do Elogio

No âmbito da atividade dos SSPSP, as comunicações de elogio recebidas reportam, na quase totalidade, ao reconhecimento do desempenho dos trabalhadores dos SSPSP ou das condições de alojamento nas Estâncias de Férias, Casas de Férias e Parque de Campismo dos SSPSP, de acordo com a figura seguinte:

#### ELOGIO RELATIVO AOS SSPSP

■ Casas de férias ■ Estância Baleal ■ Estância Vieira Leiria  
■ Estância Porto Santo ■ Parque Camp. Távora ■ Outros

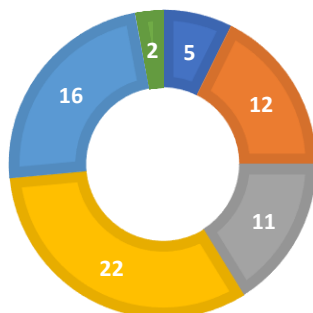


Figura 26 - Elogios a que respeita aos SSPSP

### 6.1.2. Portal da Queixa

Das Queixas recebidas, 41 referem-se à atividade dos SSPSP. As restantes 30 comunicações dizem respeito a ocorrências na área de responsabilidade da Direção Nacional ou dos Comandos Regionais ou Distritais da PSP, para onde foram encaminhadas. Os comunicantes foram informados do envio, sempre que identificados.

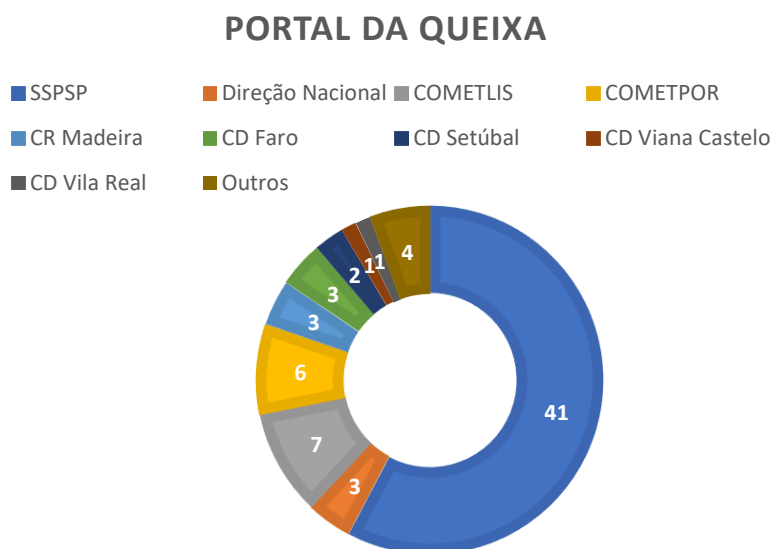


Figura 27 - Comunicações recebidas- Portal do Elogio

No contexto da atividade dos SSPSP, a maioria das Queixas recebidas referem-se às condições de habitabilidade em alojamento nas Estâncias de Férias, Casas de Férias e Parque de Campismo dos SSPSP, nomeadamente ao nível do conforto e limpeza. As Queixas indicadas como “Outras” englobam comunicações por discordância relativa aos Regulamentos das Estâncias de Férias e de Lares de Estudante bem como de marcações de férias. A queixa relativa à habitação Social refere-se a uma rotura na rede de águas prediais de um imóvel de habitação social, tendo sido este o meio utilizado de comunicação aos SSPSP.

## QUEIXAS RELATIVO AOS SSPSP

■ Casas de férias ■ Estância Baleal ■ Estância Vieira Leiria  
■ Parque Camp. Tavira ■ Habitação Social ■ Outras

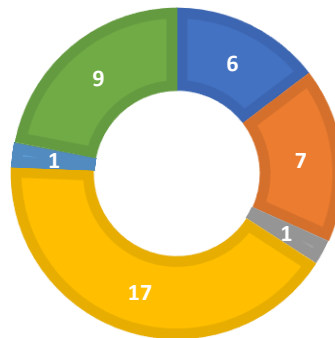


Figura 28 - Queixas relativo aos SSPSP

### 6.1.3. Canal de Denúncia

Das Denúncias recebidas, 3 referem-se à atividade dos SSPSP. As restantes 11 comunicações dizem respeito a ocorrências na área de responsabilidade da Direção Nacional ou dos Comandos Regionais ou Distritais da PSP, para onde foram encaminhadas. Os comunicantes foram informados do envio, sempre que identificados.

## CANAL DE DENÚNCIA

■ SSPSP ■ Direção Nacional ■ COMETLIS ■ COMETPOR  
■ CR Madeira ■ CD Faro ■ CD Setúbal ■ CD Viana Castelo  
■ CD Vila Real ■ Outros



Figura 29 - Comunicações recebidas- Canal de Denúncia

Das denúncias recebidas, referem-se a:

- Comunicação de Denúncia de beneficiário dos SSPSP, motivado por atrasos na atribuição de voucher destinado à aquisição de prenda de natal a filhos menores inscritos nos SSPSP.
- Comunicação de Denúncia de beneficiário dos SSPSP, por desagrado pelas condições de limpeza na casa de férias dos SSPSP na sua entrada para estadia.
- Comunicação de Denúncia de beneficiários dos SSPSP, pelo facto de existir um sistema de CCTV na receção da Estância de férias do Baleal, de acordo com a figura seguinte:

### DENÚNCIAS ATIVIDADE SSPSP

■ Cartão presente- Dia da Criança ■ Limpeza Casa de Férias -Olhão  
■ Sistema de CCTV -Estância Baleal

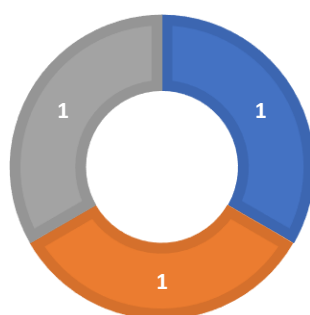


Figura 30 - Denúncias atividade SSPSP

Analizadas as denúncias recebidas no contexto da atividade dos SSPSP, quanto à matéria e factualidade denunciada, foram as mesmas encaminhadas para averiguação, contudo, pelo teor das mesmas, não enquadrável na tipificação do artigo 3.º do RGPC, levaram à implementação de medidas internas corretivas e/ou esclarecimentos ao denunciante quanto ao procedimento tomado.

## 7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente Relatório de Avaliação Anual do PPR 2023, cuja análise se enquadra no período temporal respeitante ao ano de 2024, permite aferir os resultados da implementação dos procedimentos de prevenção dos riscos pelas respetivas áreas e secções dos SSPSP, obtidos em sede de monitorização, mecanismo essencial para a estratégia de prevenção de riscos e que permite identificar o grau de implementação e a eficácia das medidas preventivas, além de detetar desvios na sua execução, possibilitando desta forma, adoção pelos serviços de medidas

preventivas e corretivas em relação aos riscos inerentes às atividades desenvolvidas, bem como promover a melhoria contínua do próprio Plano.

Da análise à informação recebida das diferentes Áreas, podemos concluir que:

- No global, o PPR 2023 foi parcialmente executado, tendo-se verificado que os procedimentos de controlo existentes implementados demonstram ser eficazes, com redução dos riscos conforme os resultados gerais obtidos do questionário.
- No sentido de dar continuidade à eficácia operacional dos procedimentos existentes e das medidas a implementar e, paralelamente, procurar a introdução de outras que contribuam para prevenir ou mitigar os riscos associados a comportamentos menos éticos e à ocorrência de eventos de não conformidade com a lei, recomenda-se:
- Que o próximo exercício de atualização e/ou levantamento de riscos envolva a colaboração de todos os responsáveis pelas áreas de atividade definidas pelos SSPSP
- Que as conclusões obtidas nos resultados gerais neste relatório sejam refletidas na execução do próximo PPR, concentrando a atenção nos procedimentos que não foram totalmente implementados;
- Por fim, recomenda-se a publicação do presente relatório de avaliação na página de internet dos SSPSP e na intranet.

Lisboa, março de 2025

O Diretor Nacional da PSP e Diretor dos SSPSP

Luís Miguel Ribeiro Carrilho

Superintendente - chefe